

*14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011*

**ACTA**

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações

Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências  
. Licenciamento de Obras Particulares

Ponto 3. Apreciação de Proposta de Acta de 14.07.2011

Ponto 4. **EDUCAÇÃO** – PRÉ-ESCOLAR

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES
- . Jardim de Infância dos Simões
  - Substituição de Pavimento
- . Adjudicação

Ponto 5. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

- . SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA
- . PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CEB
  - Contrato-Programa – Adenda 2010/2011

Ponto 6. **EDUCAÇÃO** – ENSINO BÁSICO

- . PROGRAMA DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - 1.º CEB
  - Ano Lectivo 2011/2012
- . Recrutamento de Técnicos

***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011***

**Ponto 7. CULTURA – GEMINAÇÃO INTERNACIONAL**

- . Neuville de Poitou
  - Apoio
- . XIX Encontro

**Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

- . XADREZ
  - Distrital Federado de Coimbra

**Ponto 9. SAÚDE – APOIO AO INVESTIMENTO**

- . PROGRAMA MODELAR - Unidade de Cuidados Continuados
  - Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel

**Ponto 10. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

- . CONST./REP./AMPLIAÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS
- . Reparação do Edifício da Cadeia - Interior
  - Adjudicação

**Ponto 11. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO**

- . CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS
- 11.1. Acessos Centro Escolar de Degracias/Pombalinho
  - Adjudicação
- 11.2. Acessos Centro Escolar de Samuel
  - Adjudicação

***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011***

**Ponto 12. SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...**

- . ESTUDOS E PROJECTOS - OUTROS
- . Regulamento(s) Municipal(is) - Portaria n.º 34/2011// Adaptação/Compatibilização
- Ajuste Directo

**Ponto 13. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA**

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . Substituição de Adutora Distribuidora em Figueiró do Campo
- Homologação do Auto de Recepção Provisória

**Ponto 14. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**

- . BENEFICIAÇÃO DO C.M. 1113 ENTRE VILA NOVA DE ANÇOS E O LIMITE DO CONCELHO (COM CONDEIXA)
- Aquisição de Terrenos

**Ponto 15. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**

- . BENEFICIAÇÃO DA EM 622, PEDRÓGÃO DO PRANTO/LIMITE DO CONCELHO (COM FIGUEIRA DA FOZ)
- . Candidatura //QREN - mais CENTRO
- Aprovação da Alteração N.º 2

**Ponto 16. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**

- . SOURE/SOBRAL/SIMÕES - BENEFICIAÇÃO
- . Prolongamento do Pontão no C.M. 1119 - Troço entre Soure e Sobral
- Adjudicação

***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011***

**Ponto 17. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**

. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE

. EM ZONAS URBANAS

- Adjudicações

17.1. Construção de Muro no Lugar de Barroco

17.2. Construção de Muro no Lugar de Vila Nova de Anços

**Ponto 18. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**

. A1 - Auto-Estrada do Norte

. Sublanço Pombal/Condeixa

. Nó de Soure

18.1. Edifício de Controlo da Praça de Portagem - Projecto

- Parecer

18.2. Projecto de Sinalização

18.3. Posto de Abrigo - Nova Localização

- Concordância c/Parecer da Câmara Municipal

**Ponto 19. DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

. JARDINS E PARQUES, ARBORIZAÇÃO

. CONSTRUÇÃO, REABILITAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO

- Espaço, na Vila de Soure, entre o Pavilhão Desportivo Municipal e a Ligação da “Rotunda da Nora” ao Cemitério

. Adjudicação

***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011***

**Ponto 20. RLCTM - REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS  
MUNICIPAIS**

- . Festas Populares em Honra de S. Sebastião, nas Degraças
  - Ocupação de Espaço Público
  - Isenção de Taxas

Ponto 21. *Outros assuntos a incluir, se for caso disso, nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18.09.*

**Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia / Informações**

***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011***

Estiveram ausentes, o Senhor Vereador Américo Nogueira e a Senhora Vereadora Dra. Márcia Travassos, ambos por motivo de gozo de férias.

O Senhor Presidente deu início à reunião, dando a palavra aos Senhores Vereadores:

A Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno referiu que: “estivemos presentes no XII Festival de Folclore da Santa Casa da Misericórdia de Soure, que decorreu no dia 16 de Julho, em Soure. Integra-se no Ciclo de Festivais de Folclore que começou em Maio e terminará em Setembro.”

O Senhor Presidente prestou as seguintes informações:

**\* CULTURA**

- No dia 23 de Julho, estive, com o Senhor Vice-Presidente, Dr. Santos Mota, na 28.ª Festa de Folclore do Rancho Folclórico da Associação Social, Recreativa e Cultural da Pouca Pena... Tratou-se de uma iniciativa que “registou”, como tem sido hábito, uma significativa adesão.

**\* DESPORTO**

- No dia 24 de Julho, estive, também, no Sobral, na sessão de entrega de prémios do Torneio de Futsal 24 horas, organizado pelo Núcleo Desportivo do Centro Social do Sobral.

**\* DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO - TURISMO**

No fim de semana de 15, 16 e 17 de Julho, decorreu o Roteiro Comercial e Gastronómico... Tratou-se de uma iniciativa da Associação Empresarial de Soure, que teve uma Candidatura aprovada ao Programa Modcom e que contou com a colaboração da Câmara Municipal...

Sobre esta acção, entendo dever partilhar convosco uma necessária e adequada reflexão... Por vezes, quer se queira, quer não, há mudança de ciclos... se nos últimos 10/15 anos, o Certame SOURE - ARTESANATO, GASTRONOMIA E CULTURA, foi uma iniciativa extraordinária no plano do fomento e consolidação da coesão

***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011***

concelhia, em termos de promover e potenciar o conhecimento e a aproximação dos Munícipes dos 200 lugares, das 12 Freguesias, também não é menos verdade que esse objectivo está inequívoca e amplamente atingido/conseguido!!!...

Acresce que, ano após ano, tínhamos atingido um nível qualitativo ímpar e modelar... não faria sentido que agora viéssemos a organizar uma qualquer iniciativa em que não mantivéssemos toda a qualidade, no que toca ao ambiente, à higiene, à saúde pública, a que tínhamos chegado... por isso, num quadro em que não era possível aceder a Programas Comunitários, ou de outra natureza, que pudessem aprovar (co)financiamentos a este investimento, num quadro em que baixar a qualidade nem pensar, num quadro em que os objectivos subjacentes estavam inequivocamente consolidados, num quadro de efectiva escassez de recursos, houve que (re)definir prioridades!!!!... Assim, não querendo nós com isto dizer que se tenha tratado de uma substituição, não foi disso que se tratou, mas sim do início de um outro modelo alternativo, também com uma natureza ligada, designadamente, à Cultura e à Gastronomia... desta vez considerou-se que num período em que se verifica uma crise também no comércio local, num período em que os tais objectivos de coesão concelhia e outros estão atingidos, seria de apoiarmos/estimularmos a Sociedade Civil, através da Associação Empresarial de Soure, para que surgisse uma outra resposta alternativa... Uma Acção em que, de alguma forma, este hábito de haver um saudável Convívio Gastronómico com Cultura se mantivesse, mas, com a participação dos Restaurantes da Vila de Soure e naturalmente com a colaboração da Câmara Municipal, quer em termos de apoio logístico, quer de acompanhamento no terreno, designadamente pelo Senhor Vice-Presidente Dr. Santos Mota, quer no plano da “ligação” ao Ministério da Economia, através do Senhor Vereador Mário Jorge, quer na parte Cultural, pela Senhora Vereadora Dra. Ana Maria Treno.

Pareceu-nos evidente a satisfação generalizada dos comerciantes!!!!... Trata-se de uma iniciativa a repetir, devendo haver evidentemente ajustes valorizadores... a Associação Empresarial também está a “aprender”, mas pensamos que esta iniciativa poderá vir a ocupar um espaço... para já, constata-se que acabámos por promover uma mudança de ciclo sem sobressaltos, tendo-se conseguido o envolvimento da Sociedade Civil... Consideramos tratar-se de uma resposta alternativa, com objectivos diferentes mas que, parece-nos, à luz da realidade de hoje, farão mais sentido que sejam atingidos, em termos de ajuda ao comércio local, em termos de animação “saudável” do centro da Vila de Soure...

**14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011**

- Relativamente aos investimentos com Candidaturas aprovadas, alterações aprovadas... neste momento todos os processos entrados no Tribunal de Contas, já obtiveram os correspondentes Vistos!!!!...

Foram dadas todas as explicações complementares solicitadas, sendo que todos os processos tiveram Concessão “expressa” de Visto...

**Ponto 2. Decisões proferidas ao abrigo de Delegação e Subdelegação de Competências**  
**. Licenciamento de Obras Particulares**

*Foi tomado conhecimento do(s) licenciamento(s) de obras particulares verificado(s) no período decorrido entre a última reunião e a de hoje. -----*

**Ponto 3. Apreciação de Proposta de Acta de 14.07.2011**

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Acta. -----*

**Ponto 4. EDUCAÇÃO – PRÉ-ESCOLAR**

**. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES**

**. Jardim de Infância dos Simões**

**- Substituição de Pavimento**

**. Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR**  
**CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DE CENTROS ESCOLARES**  
**JARDIM DE INFÂNCIA DOS SIMÕES**  
**- SUBSTITUIÇÃO DE PAVIMENTO**  
**ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 29.06.2011 foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.



***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011***

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Parqueadora Sourense, Ldª	1.900,00 €	8 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (1.940,00), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Parqueadora Sourense, Ldª**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)) – ver art. 127.º do CCP -.

**Conclusão:**

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Parqueadora Sourense, Ldª**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **1.900,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,  
O Chefe de Divisão de O.P.M.  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
25.07.2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.*-----

***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011***

- . SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA
- . PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CEB
- Contrato-Programa – Adenda 2010/2011

Foi presente a seguinte proposta:

*Proposta*

ASSUNTO: **EDUCAÇÃO/ ENSINO BÁSICO**

- . SERVIÇO DE APOIO À FAMÍLIA
- . PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1.º CEB
- . CONTRATO-PROGRAMA - ADENDA 2010/2011

O Despacho n.º 18897/2009 (2.ª Série), de 17 de Agosto e o Despacho n.º 14368-A/2010 (2.ª Série), de 14 de Setembro, do Ministério da Educação, aprovam o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º CEB e regulamentam o regime de Acesso ao Apoio Financeiro a conceder por aquele Ministério no âmbito do referido Programa.

Este Programa visa garantir a todas as crianças que frequentam o 1.º CEB uma refeição equilibrada.

Podem aceder ao Apoio Financeiro, os Municípios que, reunindo condições, manifestem interesse em assegurar refeições escolares aos alunos do 1.º CEB.

Os Municípios podem realizar parcerias com Agrupamentos de Escolas, Associações de Pais e Encarregados de Educação ou Entidades que reúnam condições necessárias à apresentação de projectos nesse âmbito.

Os termos destas parcerias são fixados em protocolo a celebrar com as entidades em causa e deverão identificar:

- O número de almoços a abranger
- O horário das refeições
- O compromisso de que a refeição a fornecer cumpre requisitos de qualidade
- O local de fornecimento das refeições
- O equipamento e meios usados no fornecimento das refeições

### ***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Julho de 2011***

A comparticipação financeira a conceder pelo Ministério da Educação aos Municípios é fixada nos termos de um **Contrato-Programa** a celebrar entre as duas entidades.

No Ano Lectivo 2005/2006, em 28 de Abril de 2006, foi subscrito um Contrato-Programa com a Direcção Regional de Educação do Centro (DREC), aprovado em reunião de Câmara de 16.06.2006.

À semelhança dos anos anteriores, para o Ano Lectivo 2010/2011, o Ministério da Educação, através da DREC, solicitou à Autarquia, um **dossier de candidatura** ao Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º CEB, com indicação de um conjunto de elementos necessários, designadamente, o número de alunos abrangidos, o valor pago pela Autarquia por refeição e os encargos com o transporte de alunos e/ou refeições.

Assim, com base nesses valores, foi ponderado pelo Ministério da Educação, um custo de **1,75 €** por aluno.

De acordo com o modelo de financiamento definido nos Despachos n.º 18897/2009 (2.ª Série) de 17 de Agosto e n.º 14368-A/2010, de 14 de Setembro (2.ª Série), a comparticipação do Ministério da Educação será de **0,15 €** /aluno/refeição, isto é:

$$\begin{array}{rcccl} 1,75 \text{ €} & - & 1,46 \text{ €} & = & 0,29 \text{ €} \\ \downarrow & & \downarrow & & \\ \boxed{\text{Custo ponderado/aluno/refeição}} & & \boxed{\text{Valor pago pelo aluno}} & & \\ & & 0,29 \text{ €} \times 50\% = & & \mathbf{0,15 \text{ €}} \end{array}$$

Na sequência deste processo, foram enviados dois exemplares da Adenda ao Contrato-Programa relativa ao Ano Lectivo 2010/2011, que deverão ser assinados e remetidos à Direcção Regional de Educação do Centro.

A Vereadora\*  
(Ana Maria Treno, Dra.)  
25.07.2011

\* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo.  
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Despacho  
de 06.11.2009.

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a ratificação da subscrição da Adenda ao Contrato-Programa relativa ao Ano Lectivo 2010/2011.-----*

**14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011**

**Ponto 6. EDUCAÇÃO – ENSINO BÁSICO**

- . PROGRAMA DAS ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR - 1.º CEB**
- Ano Lectivo 2011/2012**
- . Recrutamento de Técnicos**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: ► EDUCAÇÃO / ENSINO BÁSICO**

*Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular - 1º CEB*

*- Ano Lectivo 2011/2012*

*\* Recrutamento de Técnicos*

Em Reunião de Câmara de 14 de Julho de 2011, foi deliberado aprovar a subscrição do Acordo de Colaboração entre a Autarquia e o Agrupamento de Escolas de Soure, com vista à implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular, no Ano Lectivo 2011/2012.

Naturalmente, a implementação deste Programa implica a necessidade de Recursos Humanos habilitados, a contratar pelo Município.

Nos termos da cláusula XIX do Acordo de Colaboração supra referido, o Município poderá, também, vir a sub-protocolar com Instituições Particulares de Solidariedade Social do Concelho, a disponibilização de Professores de algumas Actividades de Enriquecimento Curricular por profissionais que, comprovadamente, possuam as habilitações consideradas adequadas nos termos legalmente estabelecidos.

No que toca à contratação de Recursos Humanos, a **Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro**, veio aprovar os novos Regimes de Vinculação, de Carreiras e de Remunerações dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas, definindo, complementarmente, o regime jurídico-funcional aplicável a cada modalidade de constituição da relação jurídica de emprego público.

Esta Lei, no seu **art. 6º** - “Gestão dos Recursos Humanos em Função dos Mapas de Pessoal” - estabelece, no nº 2 que, quando se verifique que o número de trabalhadores em funções públicas é insuficiente face às exigências previstas no mapa de pessoal em vigor, designadamente, no que se refere a postos de trabalho previstos e não ocupados, o órgão ou serviço pode promover o recrutamento para a ocupação dos postos de trabalho em causa.

O Mapa de Pessoal do Município de Soure contempla, para o ano 2011, o preenchimento dos postos de trabalho necessários ao desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular.

O Decreto - Lei nº 209/2009, de 03 de Setembro, vem proceder à adaptação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, à Administração Autárquica. No seu art. 4º “Gestão dos Recursos Humanos em Função dos Mapas de Pessoal”, este Decreto-Lei determina que **o recrutamento, nas condições previstas naquela Lei e supra mencionadas, seja precedido de aprovação do órgão executivo.**

## ***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Julho de 2011***

A Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução do défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Esta Lei, no seu art. 10º, “Controlo do Recrutamento de Trabalhadores nas Administrações Regionais e Autárquicas”, determina que, no caso das Autarquias Locais, **o recrutamento excepcional de Recursos Humanos deve ser fundamentado e autorizado sob proposta do Presidente da Câmara ao órgão executivo.**

O Decreto-Lei nº 212/2009, de 03 de Setembro, estabelece o regime aplicável à Contratação de Técnicos que assegurem o desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC) no 1º Ciclo do Ensino Básico nos Agrupamentos de Escolas da Rede Pública.

Este Decreto-Lei, no seu art. 3º, “Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo”, estabelece que, para assegurar necessidades temporárias de serviço no âmbito das AEC, os municípios celebram contratos de trabalho a termo resolutivo, a tempo integral ou parcial, com técnicos especialmente habilitados para o efeito.

Neste mesmo diploma, o art. 7º “Inscrição, Selecção, Ordenação e Reserva de Recrutamento”, refere que a candidatura ao processo de selecção é feita mediante o preenchimento de formulário electrónico no sítio da Internet do Município ou dos Agrupamentos de Escolas da área territorial do respectivo Município.

O Despacho nº 8683/2011 (2ª Série), de 28 de Junho, veio introduzir alterações ao Despacho nº 14460/2008, de 26 de Maio, que regula o Programa das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico (AEC).

Neste Despacho, o ponto 14.1 estabelece que as Entidades Promotoras das AEC estão obrigadas, em matéria de recrutamento e contratação dos respectivos técnicos, a utilizar os mecanismos previstos no Decreto – Lei nº 212/2009, de 03 de Setembro.

O recrutamento destes Técnicos visa, pois, o desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular, concretamente para o Ano Lectivo 2011/2012, isto é, enquadra-se também na alínea f) do art. 93º “Execução de tarefa ocasional ou serviço determinado precisamente definido e não duradouro”, da Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro, que aprova o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

Face ao exposto, sugerimos:

***- A aprovação, pelo Órgão Executivo, da autorização para iniciar o processo de recrutamento excepcional de Técnicos necessários à implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular nas Escolas do 1º CEB do Município de Soure, no Ano Lectivo 2011/2012.***

À Consideração Superior,  
A Técnica Superior,  
(Lília Berardo)  
2011.07.25

***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011***

DESPACHO

À Reunião de Câmara.

A Vereadora \*,

(Ana Maria Treno, Dra.)

26-07-2011

\* Por Delegação e Subdelegação de Competências, Despacho  
do Exmo. Senhor Presidente da Câmara de 06.11.2009.

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a autorização para iniciar o Processo de Recrutamento Excepcional de Técnicos necessários à implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular nas Escolas do 1.º CEB, no Ano Lectivo 2011/2012.—*

**Ponto 7. CULTURA – GEMINAÇÃO INTERNACIONAL**

**. Neuville de Poitou**

**- Apoio**

**. XIX Encontro**

Foi presente a seguinte Proposta:

**CULTURA**

**Geminação Internacional**

**- Neuville de Poitou -**

**Proposta**

**De**

**Apoio**

**19.º Encontro**

<b>Entidade</b>	<b>Transferência de Capital</b>
Associação de Geminação do Concelho de Soure	<b>2.000.00 €</b>

A Vereadora\*

(Ana Maria Treno, Dra.)

2011.07.26

\* Competências Delegadas e Subdelegadas pelo Exmo.  
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Despacho de  
6.11.2009

***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011***

O Senhor Presidente referiu que: “este ano vêm onze famílias francesas sendo que as famílias de acolhimento são de nove das doze Freguesias do Concelho (excepções: Degracias, Gesteira e Pombalinho).

Releve-se que o valor do apoio proposto é inferior aos aprovados para os últimos Encontros, naturalmente, em coerência com a estratégia de contenção que temos vindo a procurar observar na actual conjuntura...”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno, isto é, de atribuição de um apoio no valor de 2.000,00 euros.-----*

**Ponto 8. DESPORTO E TEMPOS LIVRES**

. XADREZ

- Distrital Federado de Coimbra

*Foi tomado conhecimento.-----*

**Ponto 9. SAÚDE – APOIO AO INVESTIMENTO**

. PROGRAMA MODELAR - Unidade de Cuidados Continuados

- Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel

Foi presente a seguinte Proposta:

**SAÚDE**

***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011***

**Apoio ao Investimento // 2011 - (1)**

**PROGRAMA MODELAR - UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS**

**PROPOSTA**

Entidade		Transferência de Capital
ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E SOCIAL DE SAMUEL	15% DO VALOR DE INVESTIMENTO ELEGÍVEL	225.000,00 € 1)

A Vereadora\*  
(Ana Maria Treno, Dra.)  
2011.07.26

1) Ver Nota Explicativa, na Página 2

\* Por Delegação e Subdelegação de Competências, Despacho  
do Exmo Senhor Presidente de Câmara, de 06.11.2009

**NOTA EXPLICATIVA**

Os valores propostos para Apoio ao Investimento correspondem a **15%** do **Investimento Total Elegível**, até ao máximo de 225.000,00 €.

O Investimento Total Elegível é o valor como tal considerado nos Protocolos das Candidaturas aprovadas, integrando, designadamente, as seguintes “Parcelas”:

- Edificações e Instalações Técnicas
- Equipamento
- Estudos e Projectos

**Concretizando:**



***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011***

**\* PROGRAMA MODELAR - UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS**  
**Contrato de Atribuição de Apoios Financeiros a Pessoas Colectivas**  
**Privadas sem Fins Lucrativos**  
- Clausula II - Apoio Financeiro  
- N.º 3 - Investimento Total Elegível - 1.545.281,28 €

**\* ASSOCIAÇÃO CULTURAL RECREATIVA E SOCIAL DE SAMUEL**

- 1.545.281,28 x 0,15 = 231.792,00 €

- Valor Máximo - 225.000,00 €

O Senhor Presidente referiu que: “consideramos socialmente relevante o aparecimento no Concelho de uma Unidade de Cuidados Continuados... Assim, congratulamo-nos com o facto do Ministério da Saúde ter aprovado um apoio de 750.000,00 euros...

Observe-se que em investimentos na área da Acção Social, os “nossos” 15% sobre o Valor de Investimento Elegível, normalmente significam  $\approx$  30% do apoio obtido através da Candidatura apresentada junto do Ministério mais próximo... portanto, neste caso concreto, se o Ministério da Saúde propõe um apoio no máximo de 750.000,00 euros, valor ligeiramente inferior a 50% do valor de Investimento Elegível, nós pensamos que devemos manter uma proposta de apoio assente em 15% do Valor de Investimento Elegível, mas, até um máximo de 30% do apoio do Ministério através deste Programa Modelar... aliás, esta opção consta da Nota Explicativa que acompanha a Proposta e que deverá ser uma regra a observar num eventual aparecimento de um qualquer caso semelhante na área da Saúde.”

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Proposta da Senhora Vereadora, Dra. Ana Maria Treno.-----*

**Ponto 10. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO**  
**. CONST./REP./AMPLIAÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS**

**14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011**

**. Reparação do Edifício da Cadeia - Interior  
- Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO  
URBANIZAÇÃO E URBANISMO - CONST./ REP./ AMPLIAÇÃO EDIFÍCIOS MUNICIPAIS  
REPARAÇÃO DO EDIFÍCIO DA CADEIA - INTERIOR  
ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 29.06.2011 foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Parqueadora Sourense, Ldª	13.890,00 €	30 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (14.142,56), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Parqueadora Sourense, Ldª**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)) – ver art. 127.º do CCP -.

**Conclusão:**

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa** da **audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Parqueadora Sourense, Ldª**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **13.890,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,  
O Chefe de Divisão de O.P.M.  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
19.07.2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.*-----

**Ponto 11. HABITAÇÃO, URBANISMO E URBANIZAÇÃO – URBANIZAÇÃO E URBANISMO  
. CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS**

**14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011**

**11.1. Acessos Centro Escolar de Degracias/Pombalinho  
- Adjudicação**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **URBANIZAÇÃO E URBANISMO**  
**CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS**  
**- ACESSOS CENTRO ESCOLAR DE DEGRACIAS / POMBALINHO**  
**ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 28.07.2010, foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
GADANHA 2 - CONSTRUÇÕES, Lda	9.182,00 €	15 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (9.190,00 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Gadanha 2 - Construções, Lda**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)) – ver art. 127.º do CCP -.

**Conclusão:**

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Gadanha 2 - Construções, Lda**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **9.182,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,  
O Chefe de Divisão O.P.M.  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
19.07.2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.*-----

**11.2. Acessos Centro Escolar de Samuel  
- Adjudicação**

**14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **URBANIZAÇÃO E URBANISMO**  
**CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS**  
**- ACESSOS CENTRO ESCOLAR DE SAMUEL**  
**ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 28.07.2010, foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
GADANHA 2 - CONSTRUÇÕES, LDª	9.408,40 €	15 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (9.440,00 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Gadanha 2 - Construções, Ldª**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)) – ver art. 127.º do CCP -.

**Conclusão:**

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa** da **audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Gadanha 2 - Construções, Ldª**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **9.408,40 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,  
O Chefe de Divisão O.P.M.  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
19.07.2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.*-----

Ponto 12. SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...  
. ESTUDOS E PROJECTOS - OUTROS

***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011***

**. Regulamento(s) Municipal(is) - Portaria n.º 34/2011// Adaptação/Compatibilização  
- Ajuste Directo**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: SANEAMENTO E SALUBRIDADE, ABASTECIMENTO DE ÁGUA...  
ESTUDOS E PROJECTOS - OUTROS  
REGULAMENTO(S) MUNICIPAL(IS) - ADAPTAÇÃO/COMPATIBILIZAÇÃO  
- ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20/08, no artigo 1.º, estabeleceu “o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos”.

O artigo 62.º, do mesmo diploma, determina que “as regras de prestação do serviço aos utilizadores constam do Regulamento de Serviço, aprovado pela entidade titular que deve conter, no mínimo, os elementos estabelecidos por portaria a aprovar pelo membro do Governo responsável pela área do ambiente”.

No dia 13/01 de 2011, veio a ser publicada a Portaria n.º 34, exactamente para esse efeito.

Observe-se que, a referida Portaria, para além de estabelecer os conteúdos mínimos dos Regulamentos, vem confirmar que os mesmos são aplicáveis às entidades gestoras dos serviços municipais em alta e em baixa.

Os Regulamentos Municipais, actualmente em vigor, foram aprovados e entraram em vigor no ano de 1999, sendo que, naturalmente, não contemplam todos os requisitos mínimos exigidos por esta Portaria recém-publicada.

Assim, de forma a dar cumprimento ao artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, e tendo em atenção que o prazo para adaptação/compatibilização dos Regulamentos Municipais em vigor, termina a 20 de Agosto de 2012 - cf. n.º 2 do artigo 80.º do referido diploma -, propõe-se que se recorra a uma entidade externa, para desenvolvimento de uma proposta de novo(s) regulamento(s) de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais urbanas, naturalmente em conformidade com a Portaria 34/2011.

Com vista à prestação do serviço em causa, sugere-se a V. Exa. a aprovação dos seguintes pontos:

**1. ESCOLHA DO PROCEDIMENTO PRÉVIO**

Sugere-se a adopção da modalidade de **ajuste directo**, uma vez que o preço base é de 20.000,00 euros, inferior ao limite máximo de 75.000,00 euros estabelecido para o recurso ao procedimento de ajuste directo, cf. alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

A competência para a escolha do procedimento a adoptar, bem como para a aprovação dos restantes pontos da presente informação, insere-se dentro do âmbito de competências quer da Câmara Municipal, quer do Presidente deste órgão, uma vez que se trata de uma despesa orçamentada inferior a 149.639,36 euros, cf. alínea a) do nº1 do artigo 18º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de Junho.

O encargo previsto tem dotação no orçamento para o presente ano de 2011 pela rubrica 03.02.02.02.14 e trata-se de acção inscrita em Plano Plurianual de Investimentos com a classificação de 06.001 2011/122-2.

**2. PROCESSO**

***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011***

Aprovar o Convite e o Caderno de Encargos em anexo.

**3. CONSULTAR AS SEGUINTE ENTIDADES**

Sugere-se a consulta, nos termos do n.º 1 do art. 114º do CCP, às seguintes empresas:

- McKinsey & Company;
- Roland Berger, Lda.;
- Ernst & Young;
- Inobest Consulting;
- Premivalor Consulting;
- OutOffice, Lda.

**4. JÚRI**

Aprovar o seguinte júri, de acordo com o n.º 1 do art. 67º do Código dos Contratos Públicos, para apreciação das propostas e elaboração dos relatórios de análise das mesmas:

- João Gouveia, Dr. (Presidente do Júri);
- Santos Mota, Dr.;
- Mário Monteiro, Eng.;
- Ivo Costa, Dr. (Suplente);
- Fernando Cavacas, Dr. (Suplente).

À consideração superior,  
O Técnico Superior,  
(Ivo Costa, Dr.)  
15/07/2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adopção da modalidade de ajuste directo, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----*

**Ponto 13. ABASTECIMENTO PÚBLICO – ÁGUA**

- . CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE
- . Substituição de Adutora Distribuidora em Figueiró do Campo
- Homologação do Auto de Recepção Provisória

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: ABASTECIMENTO PÚBLICO - ÁGUA  
CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE  
SUBSTITUIÇÃO DA ADUTORA DISTRIBUIDORA EM FIGUEIRÓ DO CAMPO  
RECEPÇÃO PROVISÓRIA – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO**

## ***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure, realizada no dia 29 de Julho de 2011***

A empreitada acima referida foi adjudicada por deliberação de **23.02.2011**, à empresa **JRSF – Joaquim Rodrigues da Silva e Filhos, Lda**, pelo valor de **12.510,00 €**, acrescido de IVA, tendo atingido o valor final de 11.981,00 €.

Concluída a obra acima referida, torna-se necessário homologar o respectivo auto de recepção provisória da mesma, nos termos e para efeitos do disposto nos artigos 394.º a 397.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À consideração superior,  
O Chefe de Divisão O.P.M.  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
19.07.2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a homologação do presente auto de recepção provisória, conforme decorre da informação técnica dos serviços.-----*

### **Ponto 14. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**

- . BENEFICIAÇÃO DO C.M. 1113 ENTRE VILA NOVA DE ANÇOS E O LIMITE DO CONCELHO (COM CONDEIXA)**
  - Aquisição de Terrenos**

Foi presente a seguinte informação:

#### **Assunto: Beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços e o Limite do Concelho (com Condeixa) - Indemnizações por ocupação de terrenos/benfeitorias – Complemento 2**

A empreitada de “Beneficiação do CM 1113 entre Vila Nova de Anços e o Limite do Concelho (com Condeixa)” decorre nesta altura a bom ritmo.

Com vista a garantir o seu normal andamento, torna-se necessário ocupar diversas pequenas parcelas de terreno localizadas no lugar de Barroco.

Na sequência de anteriores informações relativas ao tema em assunto, aprovadas em Reuniões do Executivo Municipal, respectivamente dos dias 16-09-2010 e 16-12-2010, e tendo em conta:

- a. O facto de o seu proprietário exigir uma compensação monetária pela ocupação, uma vez que se prevê a destruição de algumas benfeitorias;
- b. A sua localização - dentro do perímetro urbano do local;
- c. A sua configuração – trata-se de faixa estreita ao longo da via pública;

Propõe-se a aprovação da seguinte grelha de indemnizações:

**14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011**

Proprietário	Telefone	Benfeitoria	Un.	Quant.	Preço unit.	Valor	
						Parcial	Total
José Pereira Machado	961 536 067	Terreno	m <sup>2</sup>	135	3,50 €	472,50 €	
Morada - Barroco, Vila Nova de Anços	239 641 594	Videiras	un	50	10,00 €	500,00 €	
		Oliveiras	un	1	36,00 €	36,00 €	
							1.008,50 €

A serem aprovadas as indemnizações agora propostas, a situação da obra, neste capítulo, será a seguinte:

- i. Valores aprovados em R.C. de 16-09-2010 = 54.111,01€;
- ii. Valores aprovados em R.C. de 16-12-2010 = 1.827,00€;
- iii. Valores agora propostos = 1.008,50€
- iv. Valor total proposto até à data = 56.946,51€

À consideração superior.  
O Chefe de Divisão O.P.M.  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
2011-07-10

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a aquisição de terrenos, conforme decorre da informação técnica dos serviços.*-----

**Ponto 15. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**

- . BENEFICIAÇÃO DA EM 622, PEDRÓGÃO DO PRANTO/LIMITE DO CONCELHO (COM FIGUEIRA DA FOZ
- . Candidatura //QREN - mais CENTRO
  - Aprovação da Alteração N.º 2

*Foi tomado conhecimento.*-----

**Ponto 16. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**

- . SOURE/SOBRAL/SIMÕES - BENEFICIAÇÃO
- . Prolongamento do Pontão no C.M. 1119 - Troço entre Soure e Sobral
  - Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:



**14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011**

Assunto: **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**  
**SOURE / SOBRAL / SIMÕES - BENEFICIAÇÃO**  
**PROLONGAMENTO DO PONTÃO NO C.M. 1119 – TROÇO ENTRE SOURE E SOBRAL**  
**ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 26.05.2011 foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
<b>Construtora Guardado &amp; Oliveira, Ldª</b>	<b>7.687,00 €</b>	<b>15 DIAS</b>

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (7.764,60), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Construtora Guardado & Oliveira, Ldª**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)) – ver art. 127.º do CCP -.

**Conclusão:**

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Construtora Guardado & Oliveira, Ldª**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **7.687,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,  
O Chefe de Divisão de O.P.M.  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
19.07.2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.*-----

**14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011**

**Ponto 17. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**

**. CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE**

**. EM ZONAS URBANAS**

**- Adjudicações**

**17.1. Construção de Muro no Lugar de Barroco**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**  
**CONSERVAÇÃO / REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE**  
**EM ZONAS URBANAS**  
**CONSTRUÇÃO DE MURO NO LUGAR DE BARROCO**  
**ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 09.06.2011 foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
Construtora Guardado & Oliveira, Lda	4.825,00 €	15 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (4.875,00), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Construtora Guardado & Oliveira, Lda**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP –.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)) – ver art. 127.º do CCP –.

**Conclusão:**

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa** da **audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Construtora Guardado & Oliveira, Lda**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **4.825,00 euros**, acrescido de IVA.

**14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011**

À Consideração superior,  
O Chefe de Divisão de O.P.M.  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
19.07.2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.*-----

**17.2. Construção de Muro no Lugar de Vila Nova de Anços**

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES – REDE VIÁRIA E SINALIZAÇÃO**  
**CONSERVAÇÃO/REPARAÇÃO DA REDE EXISTENTE**  
**EM ZONAS URBANAS**  
**CONSTRUÇÃO DE MURO NO LUGAR DE V.N. ANÇOS**  
**ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 09.06.2011 foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
<b>Construtora Guardado &amp; Oliveira, Lda</b>	<b>4.830,00 €</b>	<b>15 DIAS</b>

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (4.900,00), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Construtora Guardado & Oliveira, Lda**.

Tratando-se de um contrato de empreitada de obras públicas de complexidade técnica muito reduzida e não excedendo o preço contratual 15.000,00 €, é dispensada a redução a escrito do mesmo – vide alínea d) do n.º 1 do artigo 95.º do CCP -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)) – ver art. 127.º do CCP -.

**Conclusão:**

Tendo em conta a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Construtora Guardado & Oliveira, Lda**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **4.830,00 euros**, acrescido de IVA.

**14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011**

À Consideração superior,  
O Chefe de Divisão de O.P.M.  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
19.07.2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.*-----

**Ponto 18. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES**

- . A1 - Auto-Estrada do Norte
- . Sublanço Pombal/Condeixa
- . Nó de Soure

**18.1. Edifício de Controlo da Praça de Portagem - Projecto  
- Parecer**

Foram presentes as seguintes informações:

**Assunto: - A1 – SUBLANÇO POMBAL/CONDEIXA. NÓ DE SOURE**

- Projecto de construção de um novo edifício de controlo da praça da portaria – Pedido de parecer não vinculativo
- Projecto específico de sinalização – Para nosso conhecimento
- Localização do novo “posto de abrigo” – aceitação do nosso parecer

Relativamente ao tema em assunto a Brisa – Concessão Rodoviária, SA apresenta, para nossa análise e conhecimento, os elementos seguintes:

- a. Ofício introdutório;
- b. Projecto para construção de um novo edifício de controlo da praça da portaria - peças escritas e desenhadas;
- c. Projecto específico de sinalização - peças desenhadas.

Analizados aqueles elementos, informamos:

1. Após a resposta Ref. Pº L n.º 2633, de 11.04.13 onde se transmitia a nossa preferência pela solução que previa uma única zona para a localização do “posto de abrigo” e paragem de autocarros, a Brisa informa-nos que está a desenvolver o projecto de forma a materializar, em obra, essa mesma solução;
2. Relativamente ao projecto de construção de um novo edifício de controlo da praça da portaria, pensamos que o mesmo deverá ser objecto de análise e parecer da Divisão de Gestão Urbanística e Projectos;

***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011***

3. Quanto ao projecto específico de sinalização, que inclui os esquemas de sinalização a implementar na rede viária local, nada temos a objectar.

À consideração superior,  
(Mário Monteiro, Eng.º.  
Chefe Div. OPM)  
2011-07-07

e

**Assunto:** A1 – Sublanço Pombal / Condeixa  
Nó de Soure  
Edifício de controlo

Após análise do projecto de execução do edifício de controlo do nó de Soure integrado no Sublanço Pombal/Condeixa, da A1 – Auto-estrada do Norte, informa-se o seguinte:

- De acordo com a planta de ordenamento do PDM – Plano Director Municipal de Soure, o edifício será implantado em zona agrícola;
- Consultadas as cartas de restrições de utilidade pública, verifica-se que será implantado em REN – Reserva Ecológica Nacional e RAN – Reserva Agrícola Nacional;
- Verifica-se também na carta de servidões que existe uma linha de alta tensão que atravessa o local;
- O Regulamento do PDM é omissivo sobre a edificabilidade em espaços agrícolas inseridos na REN;
- Para espaços agrícolas inseridos na RAN, o nº 1 do artigo 48º do Regulamento do PDM de Soure refere que são proibidas todas as acções que diminuam as potencialidades agrícolas dos terrenos classificados na RAN e definidas no Decreto-lei que define o Regime Jurídico da RAN. O nº 2 do mesmo artigo refere que se exceptuam as acções autorizadas pela Comissão da Reserva Agrícola Regional;
- A Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro emitiu parecer favorável em 2 de Junho de 2011;
- A Agência Portuguesa do Ambiente analisou o estudo ambiental tendo concluído que não apresenta impactes negativos importantes no ambiente;

Considerando o exposto, relativamente ao enquadramento no PDM sugere-se a emissão de parecer favorável.

Informa-se ainda que nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 7º do DL 555/99 com as alterações introduzidas pelo DL 26/2010, a obra a realizar está isenta de controlo prévio por parte da autarquia, ou seja, está isenta de licenciamento ou comunicação prévia.

Pelo motivo antes referido, não foi analisado o edifício, contudo, alerta-se que o mesmo tem que cumprir a lei das acessibilidades, DL 163/2006 de 8/8 e o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios, DL 220/2008 de 12/11.

**14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011**

Maria José Carvalho – Eng.ª Civil  
Chefe de Divisão G.U.P.  
19 de Julho de 2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Emissão de Parecer Favorável em conformidade com as informações técnicas do Senhor Chefe de Divisão de Obras Públicas Municipais, Eng.º Mário Monteiro e da Senhora Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Planeamento, Eng.ª Maria José Carvalho.*-----

**18.2. Projecto de Sinalização**

*Foi tomado conhecimento.*-----

**18.3. Posto de Abrigo - Nova Localização**

- Concordância c/Parecer da Câmara Municipal

*Foi tomado conhecimento.*-----

**Ponto 19. DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

. JARDINS E PARQUES, ARBORIZAÇÃO

. CONSTRUÇÃO, REABILITAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO

- Espaço, na Vila de Soure, entre o Pavilhão Desportivo Municipal e a  
Ligação da “Rotunda da Nora” ao Cemitério

. Adjudicação

Foi presente a seguinte informação:

Assunto: **DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

**JARDINS E PARQUES, ARBORIZAÇÃO**

**CONSTRUÇÃO, REABILITAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO**

**- ESPAÇO, NA VILA DE SOURE, ENTRE O PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL E A LIGAÇÃO DA “ROTUNDA DA NORA”  
AO CEMITÉRIO**

**ADJUDICAÇÃO**

Por deliberação de 28.07.2010, foi decidido recorrer à figura de **ajuste directo**, nos termos da alínea a) do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, como procedimento prévio à adjudicação da empreitada acima mencionada.

No entanto, a impossibilidade de concretização deste investimento ainda durante o ano anterior, em período meteorológico adequado, levou a que ocorresse este anormal hiato.

**14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011**

A empresa consultada apresentou a seguinte proposta:

EMPRESA	VALOR	PRAZO
GADANHA 2 - CONSTRUÇÕES, Lda	16.695,00 €	15 DIAS

Tendo em conta que a empresa respondeu ao solicitado e que o valor da proposta é inferior ao preço base, (16.700,00 €), os serviços sugerem a adjudicação da presente empreitada à empresa **Gadanha 2 - Construções, Lda**.

É obrigatória a redução do contrato a escrito, uma vez que a mesma não se encontra dispensada – vide al. d) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro -.

Tendo em conta que a decisão é favorável ao único interessado, sugere-se a dispensa da audiência prévia, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA.

A eficácia da presente adjudicação, nomeadamente para efeitos de quaisquer pagamentos, depende da publicitação da mesma, pela entidade adjudicante, no portal único da internet dedicado aos contratos públicos ([www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt)) – ver art. 127.º do CCP -.

#### **Conclusão**

Tendo em conta: a presente informação e o relatório, sugerimos:

1. **Dispensa da audiência prévia** nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 103º do CPA;
2. A **adjudicação** da presente empreitada à empresa **Gadanha 2 - Construções, Lda**;
3. **Autorização** para a realização da despesa no valor de **16.695,00 euros**, acrescido de IVA.

À Consideração superior,  
O Chefe de Divisão O.P.M.  
(Mário Monteiro, Eng.º)  
18.07.2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a adjudicação, conforme decorre da informação técnica dos serviços.*-----

***14.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Soure,  
realizada no dia 29 de Julho de 2011***

**Ponto 20. RLCTM - REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS  
MUNICIPAIS**

- . Festas Populares em Honra de S. Sebastião, nas Degracias**
  - Ocupação de Espaço Público**
  - Isenção de Taxas**

Foi presente a seguinte informação:

**Assunto: RLCTM – REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DE TAXAS MUNICIPAIS  
DO MUNICÍPIO DE SOURE**

- Ocupação do espaço público
- Festas Populares / Festas em honra de S. Sebastião nas Degracias
  - \* Autorização para ocupar o espaço público com palco
  - \* Isenção de taxas

A Comissão de festas das em honra de S. Sebastião nas Degracias, solicitou autorização para ocupar 100 m<sup>2</sup> da via pública com um palco para realização das referidas festas, que vão decorrer nos dias 12, 13, 14 e 15 de Agosto de 2011.

A licença de ocupação de espaço público, após a devida análise, foi deferida por despacho do Sr. Vereador, Dr. Santos Mota, em 21 de Julho de 2011.

Solicita também a isenção das respectivas taxas.

O valor da taxa a cobrar seria de 3.010€.

Tendo em conta a informação jurídica em anexo, ao abrigo dos artigos 25º e 26º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais, poderá ser concedida a isenção de taxas devidas pela ocupação do espaço público.

Assim, sugere-se ainda que, dado tratar-se de uma iniciativa com impacto cultural, económico e social, se possa equacionar a aprovação da isenção solicitada.

À Consideração Superior  
Maria José Carvalho – Eng<sup>a</sup> Civil  
Chefe de Divisão O.P.U.  
21 de Julho de 2011

*Deliberado, por unanimidade, aprovar a Isenção de Taxas, dado tratar-se de uma iniciativa com significativo Impacto Cultural e Social.*-----